

HABEAS CORPUS Nº 567.986 - RS (2020/0072770-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
NILTON LEONEL ARNECKE MARIA - RS054268
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : MARCOS VINICIUS ROSA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **MARCOS VINICIUS ROSA DOS SANTOS** em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada e foi denunciado pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e § 1º, e 35, todos c.c. o 40, III, da Lei 11.343/2006.

O pedido de revogação da prisão preventiva foi indeferido (e-STJ, fls. 43-45). Impetrado *habeas corpus* na origem, restou denegado (e-STJ, fls. 87-106).

Neste *writ*, a impetrante sustenta, em síntese, que: **a)** em razão da pandemia mundial declarada de COVID19 e pela ausência de violência ou grave ameaça na prática do delito deveria ter a segregação afastada ou, subsidiariamente, colocado em prisão domiciliar; **b)** não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do CPP.

Pleiteia a revogação da custódia preventiva imposta ao paciente ou, subsidiariamente, seja posto em prisão domiciliar.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, bem como a senha de acesso para consulta ao processo, se houver, a serem prestadas preferencialmente por malote digital.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS – Relator